Ah, mas o governo é como uma família: não pode gastar mais do que arrecada.

Mas nenhuma família tem máquina de fazer dinheiro em casa. É outra mentira pós-verdade que se conta. Meu Deus do céu, como contam mentira para o nosso povo!

Não, mas não pode.

O município, o estado até tem de ter certa preocupação, mas o governo federal vender essa cantilena, meu Deus do céu! Cada rodovia que se faz, gera empregos. Gerou emprego, arrecada-se para a Previdência, estimula o comércio local, movimenta a economia, você aumenta a arrecadação de impostos a longo prazo. Básico.

Roosevelt mandava fazer buraco para contratar trabalhador para tapar os buracos. Simples assim. Está faltando personalidade política com estatura no País: está faltando Getúlio Vargas, está faltando Roosevelt. É a "Marcha da Insensatez", livro da Barbara Tuchman. Todo mundo está vendo que isso vai nos levar ao fundo do poço e, no entanto, continuamos cavando o poço a cada dia que passa.

Agora estão votando a PEC; eu estava vendo aqui pelo celular... Quase não lemos mais jornal escrito. Recebi no celular a mensagem de que estão discutindo a PEC no Senado. E não vai haver mais aumento de investimento e infraestrutura. Num país em que 50% das casas não têm esgoto, saneamento básico nem descarga na privada, com o riozinho na porta, não se vai investir mais em infraestrutura por 20 anos. Porque agora virou uma emenda constitucional. Não vamos poder ampliar mais, vamos ter que respeitar o ritmo da inflação. Vamos ter que combinar com o mosquito da dengue: "mosquito, este ano você não pica, porque foi aprovada uma PEC pela qual não vamos poder aumentar o investimento em Saúde acima da inflação; então, respeite a inflação". Minha cidade foi assolada por uma epidemia de dengue; sete cidadãos morreram, sobretudo pessoas idosas. Agora, vamos ter que avisar o mosquito sobre essa PEC, que barra o investimento em Saúde e Educação.

Aqui em São Paulo há mais de um milhão de analfabetos, e vamos bloquear os investimentos em Educação. Neste país, fazer universidade é privilégio. Na Europa, 80% do povo está fazendo universidade; aqui, ainda há regiões com apenas 10% ou 7%. Nas regiões melhorzinhas, é 15%. E há universidades que na verdade são como ensino médio, sobretudo faculdades de Direito, em que o sujeito depois não consegue fazer a redação para tirar a carteirinha e entrar na advocacia. Vejam a situação. E vamos bloquear os investimentos em Educação por 20 anos. É a marcha da insensatez. A esperança é que o povo não deixe isso acontecer. O problema é que daqui até 2018 há muita coisa para acontecer ainda.

A crise está aí há alguns anos. Existia, em 2013, um ensaio de estratégia para enfrentar a crise, quando a Dilma reduziu a taxa de juros para 7% e desvalorizou o câmbio, o que é correto, para podermos exportar. Ela estimulou os bancos públicos a liberar crédito barato, e muita gente achou que teríamos uma estratégia para enfrentar tempos difíceis, que não estão ocorrendo só no Brasil, mas no mundo inteiro. No entanto, em meses, ela jogou tudo no buraco, chamou o Levy, e o Brasil tornou a ser o campeão mundial de taxa de juros, voltando a fazer o "austericídio", com corte de investimentos em infraestrutura. O País foi jogado numa bruta crise, com retomada do desemprego.

Veio o impeachment da Dilma, e tiveram ilusão com relação ao Temer, que nem para deputado federal foi eleito. Temer se tornou presidente da República sem um plano, com a turma do Geddel Vieira, homem que faz tráfico de influência por causa de um apartamento no nordeste, na praia. Ele teve a cara de pau de ligar para o presidente e mobilizar forças para resolver um problema com o patrimônio cultural e histórico do apartamento. Um homem que usa o mandato de ministro para fazer esse tipo de tráfico de influência iria nos levar a alguma lugar? Meu Deus do céu.

Vamos viver tempos difíceis no Brasil. Algumas certezas que eu tenho: a primeira delas é que vender o patrimônio não vai nos levar ao pote de ouro do arco-íris. Portanto, é mais um engodo esse projeto. Se Geraldo Alckmin está preocupado em desenvolver o estado de São Paulo, ele deveria estar brigando lá em Brasília para reduzir a taxa de juros, para renegociar a dívida de São Paulo; brigando para ter mais componente nacional no setor de petróleo e gás. E não só navio; deveria haveria mais coisa. Minha cidade mesmo tem muitas indústrias ligadas à cadeia de petróleo e gás. Vou citar uma das maiores aqui: a Bardella, que acabou de demitir mais de 900 funcionários. O setor de petróleo e gás está na bancarrota no Brasil, porque a Petrobras não está pagando os fornecedores.

Se o governador está preocupado em desenvolver o estado, ele deveria levantar barreira alfandegária, que é o que os Estados Unidos vão fazer agora. Não deveria deixar entrar aqui sapato de tudo quanto é lugar, quebrando a região de Franca, como está acontecendo; não deveria deixar entrar brinquedo da China a um ou dois reais. Deveria estar preocupado em proteger a indústria de São Paulo, em investir em Educação e Saúde a fim de desonerar o orçamento das famílias trabalhadoras, para que elas possam ir ao comércio local, comprar e estimular a geração de empregos e renda. Essa deveria ser a preocupação, não vender terreno. Vai vender quantos? Aqui são mais de 100, depois tem mais uns 900 que são os ocultos, os terrenos do Art. 11, que vai dar um cheque em branco ao governador.

Vender o patrimônio não vai nos levar a dias melhores aqui em São Paulo. Talvez ajude um caraminguazinho aqui em uma secretaria ali, um caraminguazinho aqui em uma secretaria acolá, mas não vai melhorar.

E é uma pena que esse seja o grande projeto de final de ano na Assembleia. O grande projeto desse final de ano na Assembleia é vender patrimônio público, não é um projeto para enfrentar a crise de fato, que seria gerar emprego e renda.

E não precisa ir muito longe. O Sebrae tem um plano de estímulo à micro e pequena empresa, que são os grandes geradores de emprego no Brasil e os grandes contribuintes e arrecadadores de impostos. Tem um plano. Esse plano é, basicamente, os arranjos institucionais locais.

O estado de São Paulo tem desde agricultura até indústria pesada. Era para estarmos debatendo isso aqui na Assembleia. Financiamento, banco público para estimular tudo isso, mas não, vamos mais uma vez queimar patrimônio público.

Então, quem já vendeu a Fepasa, a Ceagesp, a Sabesp, a CPFL, a Eletropaulo, a Comgás, a Cesp, o Banespa e todas as rodovias, agora também vai vender os terrenos públicos e nossos institutos de pesquisa.

Para quem acredita que há um pote de ouro no fim do arco-íris, muito bem. Tem que seguir firme nessa linha, mas eu quero me dar ao direito, depois de 20 anos acompanhando o Governo do Estado de São Paulo, de não acreditar mais nesse pote de ouro no final do arco-íris.

Isso é mais um engodo, na verdade. Se o governador está preocupado em tirar o estado de São Paulo do buraco, ele deveria estar brigando em Brasília para ter, de fato, redução na taxa de juros - porque as empresas de São Paulo não têm mais de onde tomar dinheiro - e levantamento de barreiras comerciais para proteger a indústria de São Paulo. E que o Temer faça investimento em infraestrutura. É um absurdo cortar investimento em infraestrutura.

É uma tristeza. O senador Aloysio Nunes está votando, neste exato momento, no Senado, na PEC 55, que vai inviabilizar investimentos em infraestrutura por 20 anos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Vossa Excelência é brilhante. Eu gostaria de fazer uma homenagem ao grande líder Fidel Castro. Tive a felicidade de fazer o primeiro voo da Vasp a Cuba. Conheci o país, tivemos a oportunidade de ficar, 23 deputados, conversando por mais de quatro horas com ele, uma figura encantadora. Foi um grande líder e inspirou, em quase todos nós, o ideal da revolução e do socialismo.

Vossa Excelência me faz lembrar muito dele quando ele era jovem com esse seu discurso maravilhoso e lindo. Eu só queria fazer um reparo, nunca imaginei o deputado Raul Marcelo aliado do Trump.

Vossa Excelência defende que o governador de São Paulo faça barreiras. Quer muro também? Vamos fazer um muro para nos dividir de Minas? Um muro para dividir do Paraná.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Barros Munhoz, V. Exa. foi ministro. Liberalismo econômico só serve para manter os países ricos mais ricos. Vossa Excelência sabe disso. Já resolveu alguma coisa? A Inglaterra, para subir, teve que fazer uma luta, a Alemanha...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E V. Exa. quer o quê? A Venezuela?

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Tem que defender a indústria nacional, deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Mas V. Exa. quer o quê? A Venezuela?

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - É por isso que o Brasil está nesse buraco.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Onde suas teorias vigoraram no mundo?

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Um homem que foi ministro de Estado achar que liberalismo econômico vai desenvolver o nosso País.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ninguém defende liberalismo econômico aqui.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - V. Exa. acabou de dizer aqui que é contra levantar barreiras. Vai deixar entrar brinquedo da China aqui? Fecha todas as empresas.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É óbvio que tem que entrar.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - O carro da China por cinco mil reais. A Toyota está em Sorocaba, V. Exa. é desinformado.

A Toyota está em Sorocaba vendendo... (Falas sobrepostas.)

Se entrar um carro da China aqui a cinco mil reais não teria nenhum trabalhador na minha cidade. Vossa Excelência tem que se informar sobre economia.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Vossa Excelência quer que não entre nada no Brasil e nem no mundo? É isso que V. Exa. quer.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - País rico é país que tem indústria, temos que proteger a indústria brasileira. Ou tudo bem, vamos voltar ao tempo do café. Vossa Excelência é da área da agricultura, vamos voltar ao tempo das vantagens comparativas.

Sabe o que vamos fazer nas vantagens comparativas?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Isso é o que V. Exa. defende, empobrecer o País.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Imagina. Vantagens comparativas vão transformar o Brasil em grande exportador sabe do quê? De frango, de soja e de petróleo. É isso. Isso não deixa um país rico. É só ir lá na África e V. Exa. vai ver que lá tem muito país com muito recurso e sem indústria.

Esse é o curioso do nosso País, temos uma elite política, um setor que é esclarecido, mas que não é nacionalista, que não ama o País e não ama seu povo, que está pouco se lixando que vai vir uma empresa de fora, que não liga para as cadeias produtivas. Este é o drama do nosso País, mas esses tempos vão passar, e nós vamos continuar nessa luta, porque sonhamos com um Brasil grande, um país industrializado, que tenha indústria e tenha bons empregos para gerar renda para os brasileiros, e não consumir aqui e gerar empregos na China.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra o nobre deputado Carlos Neder.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Primeiramente, quero parabenizar os metalúrgicos da cidade de São Paulo, os metalúrgicos do ABC, os metalúrgicos de São José dos Campos e parte da classe trabalhadora no Brasil, que fizeram atos em frente a diversas agências do BNDES. O BNDES do governo Temer está tendo a seguinte atuação: ele libera dinheiro para investimento sem nenhuma contrapartida.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Fernando Capez.

* * *

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Deputado Teonilio Barba, V. Exa. está fazendo uma comunicação?

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Nós estamos em uma luta nacional, presidente Fernando Capez, defendendo uma proposta de conteúdo. Eu estou comunicando na tribuna da Assembleia Legislativa que houve um ato de trabalhadores e trabalhadoras, a não ser que esta Casa não queira representar o povo. Não posso fazer um comunicado nesta Casa em nome do povo? Se eu não puder, cassem a minha palavra.

Minha comunicação é para parabenizar as centrais sindicais que fizeram essa luta em defesa do conteúdo nacional, para produzir no Brasil, em vez de fazer como o PSDB fazia, como o presidente Fernando Henrique Cardoso fazia, que era comprar as plataformas petrolíferas em Singapura. Produzir no Brasil gera empregos no Brasil, e não lá fora. Esta é uma luta do movimento sindical, e esta Casa, como o segundo maior parlamento da América Latina, tinha que apresentar uma proposta de defesa do conteúdo local, pois esta é uma tarefa dos deputados. Esta é minha comunicação, Sr. Presidente, e ela é regimental.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder, pelo tempo restante da sessão.

O SR. CARLOS NEDER - PT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estamos debatendo desde abril deste ano um tema da maior importância para a comunidade científica de São Paulo e para o povo paulista.

Houve uma controvérsia sobre se era necessário ou não realizar audiências públicas por parte do Executivo antecedendo alienação de bens. A decisão do Judiciário, modificada após uma primeira liminar concedida, foi de que obrigatoriamente as audiências devem ocorrer antes da alienação dos bens, mas não necessariamente antes da votação desta Assembleia. Nosso entendimento é que isso empobrece o debate.

Chamamos a atenção, em momentos anteriores, para o fato de o governo optar por apresentar, em único projeto de lei, quase 80 imóveis a serem alienados, sem contar aqueles que estão contemplados no Art. 11, os quais a Assembleia permite que sejam vendidos sem que haja nova autorização legislativa. Quando o secretário adjunto de Agricultura e Abastecimento veio à Assembleia Legislativa, convidado pelo líder do Governo, deputado Cauê Macris, ele nos disse que esses 79 imóveis são apenas o início de algo muito maior, que a Secretaria de Agricultura e Abastecimento tem cerca de 900 imóveis a serem alienados. E eu pergunto a V. Exas. quantos desses 900 imóveis estão contemplados no Art. 11, por meio do qual o Parlamento estadual autoriza a venda de imóveis abaixo de 5.000 metros quadrados.

Eu quero aqui contar uma pequena história. No momento em que a imprensa anunciava que o governador Geraldo Alckmin pretendia extinguir a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, perguntei ao deputado federal licenciado e secretário Arnaldo Jardim, num evento que tivemos de inauguração da sede da Apruc, Associação dos Produtores Rurais de Conchas, se procedia aquela informação. A resposta de S. Exa., o secretário, foi a seguinte: "Neder, houve um acordo dentro do governo. De fato o governador queria extinguir essa Secretaria. Nós, do PPS, fizemos um acordo nos seguintes termos: nós não vamos onerar o Orçamento do estado de São Paulo. Cabe a nós encontrar outras fontes de receita para que essa Secretaria não seja extinta".

Vejam que essa Secretaria, entregue inicialmente ao PPS, que durante a recente campanha eleitoral, no município de São Paulo foi almejada pelo PP, que por sua acabou agraciado com a Secretaria de Meio Ambiente. Agora se sabe que, com os resultados do governo Temer e a ascensão do PPS, ocupando ministérios importantes, há expectativa de que o PPS vá para a pasta de Transportes, deixando a Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

Ora, esse projeto de lei encaminhado à Assembleia Legislativa tem a única função de propiciar a transformação de patrimônio imobilizado em ativos financeiros, cumprindo exatamente aquilo que foi dito, buscando novas fontes de receita para uma Secretaria que sempre foi desprestigiada. E nós, na Assembleia Legislativa, aceitamos como algo natural que um único projeto de lei traga quase 100 imóveis, sem contar aqueles que são invisíveis, na medida em que estamos dando um cheque em branco para a venda de terrenos abaixo de 5.000 metros quadrados. Mais do que isso: não temos sequer a garantia de que não haja interesses do mercado imobiliário na aquisição desses terrenos.

Em todo esse período de sete meses, fizemos inúmeras reuniões na frente parlamentar e também na Assembleia Legislativa, de tal forma que sugestões fossem apresentadas pela Associação dos Pesquisadores Científicos, pela Associação de Classes de Apoio.

Passo a ler Moção de Apoio:

Governo do Estado de São Paulo Secretaria de Estado da Saúde

Gabinete do Secretário Conselho Estadual De Saúde

Moção De Apoio

Considerando entender importante apoiar a Associação dos Médicos Residentes do Estado de São Paulo (Ameresp) pelo reajuste no valor da bolsa-auxilio dos médicos residentes que estão sob tutela da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (SES/SP).

Considerando que o reajuste de 11,91% na bolsa-auxilio de Residência Médica deveria incidir a partir do pagamento realizado em abril/2016, relativo à carga horária de março/2016 incidisse o reajuste perfazendo o total de R$ 3.330,43 (três mil, trezentos e trinta reais e quarenta e três centavos) conforme descrito na Portaria Interministerial nº 3 de 16 de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 17 de março de 2016.

Considerando que o referido reajuste é uma conquista a partir de ações nacionais do Movimento de Valorização da Residência Médica, organizado pela Associação Nacional de Médicos Residentes (ANMR) em 2015.

Considerando que a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo manifesta ter dificuldades em reajustar a bolsa de residência médica sob a alegação de falta de recursos orçamentários.

Considerando que a Lei Orçamentaria Anual é analisada e discutida pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e que poderá refletir sobre a inclusão deste reajuste na Lei Orçamentaria Anual de 2017.

Considerando o profundo respeito do Conselho Estadual de Saúde-SP aos Médicos Residentes, profissional que, em busca de aprimoramento, muitas vezes se vê obrigado a assumir demandas de atendimento que deveriam ser supridas por médicos do quadro de profissionais do SUS.

Considerando justa a causa, por reivindicar direito adquirido via Portaria Interministerial dos Ministérios da Saúde e da Educação, como imperativa, a rápida resolução do impasse a fim de eliminar distorções provocadas pelo não cumprimento da referida portaria,

Considerando que, dentre todas as fontes pagadoras de bolsas-auxilio para residência médica, tanto públicas quanto privadas, apenas a SES/SP ainda não se adaptou aos valores atualizados,

Considerando que na 258a Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde do Estado de São Paulo, ocorrida em 25 de novembro de 2016, deliberou pelo mérito na seguinte forma:

O Conselho Estadual de Saúde de São Paulo reconhece por meio desta moção de apoio o reajuste de valor previsto na Portaria Interministerial nº 3 de 16 de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 17 de março de 2016.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Sr. Presidente, como este debate é extremamente importante para a base governista, quero pedir uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - O tempo do deputado Carlos Neder está suspenso.

Vamos então iniciar a verificação de presença. Peço aos deputados Jorge Wilson Xerife do Consumidor e Coronel Camilo que auxiliem na verificação de presença.

* * *

- É iniciada a chamada.

* * *

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o tempo da presente sessão, esta Presidência, antes de encerrá-la, lembra V. Exas. da sessão extraordinária a realizar-se daqui a 10 minutos.

Está encerrada a sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 21 horas e 30 minutos.

* * *

29 DE NOVEMBRO DE 2016
49ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: FERNANDO CAPEZ

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 328/16.
2 - CARLOS NEDER
Discute o PL 328/16 (aparteado pelo deputado Alencar Santana Braga).
3 - TEONILIO BARBA
Para reclamação, lamenta a posição do deputado Carlão Pignatari, quanto a medidas adotadas na sessão que, a seu ver, fora tendente a cercear seu direito à palavra.
4 - BETH SAHÃO
Para comunicação, transmite condolências aos familiares das vítimas do desastre aéreo a envolver a Chapecoense e profissionais da imprensa esportiva.
5 - ALENCAR SANTANA BRAGA
Para reclamação, manifesta-se contrariamente à posição da Presidência que, a seu ver, impedira manifestações, nestas galerias, de pessoas com máscaras do governador do Estado.
6 - TEONILIO BARBA
Discute o PL 328/16 (aparteado pelo deputado Campos Machado).
7 - CARLOS NEDER
Discute o PL 328/16.
8 - CÉLIA LEÃO
Assume a Presidência.
9 - TEONILIO BARBA
Discute o PL 328/16 (aparteado pelos deputados Raul Marcelo, Campos Machado, Beth Sahão e Carlão Pignatari).
10 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Assume a Presidência. Parabeniza o deputado Vaz de Lima pela data comemorativa do seu aniversário. Encerra a discussão. Coloca em votação e declara aprovada a consulta às lideranças, para que fosse dado conhecimento da íntegra e votada a emenda aglutinativa ao PL 328/16, sendo dispensada a sua leitura.
11 - BETH SAHÃO
Solicita a publicação da emenda aglutinativa ao PL 328/16.
12 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Defere o pedido.
13 - BARROS MUNHOZ
Para comunicação, defende a obediência ao Regimento Interno deste Parlamento.
14 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Encerra a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. Fernando Capez.

* * *

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposição em Regime de Urgência.

Discussão e votação - Projeto de lei nº 328, de 2016, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a alienação dos imóveis que especifica e dá outras providências. Com substitutivo e 24 emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

Para discutir, tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder, pelo tempo restante.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Sr. Presidente, rapidamente, gostaria de comunicar que hoje temos um deputado do Alto Tietê... Do Alto Tietê, temos eu e os deputados Gileno, Professor Auriel, Jorge Wilson, André do Prado e o deputado Marcos. Além deles, temos o deputado Luiz Carlos Gondim.

Hoje é um dia especial para o deputado Gondim. O deputado Gondim faz aniversário. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Parabéns, deputado Gondim.

Deputado Alencar, vamos deixar que o deputado Carlos Neder termine a sua fala sem interrupções. Depois vamos todos comemorar.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - É uma data especial, independentemente de qualquer posição partidária. Nós o apoiamos na cidade de Mogi, o defendemos e acreditávamos que era a melhor opção para a cidade. Não deu certo. O deputado Campos tinha o candidato a vice-prefeito.

Deputado Gondim, nossos parabéns, nossos desejos de felicidades. Desejo a V. Exa. tudo de bom. Tenho certeza de que um dia Mogi das Cruzes terá V. Exa. como grande líder.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Vamos ouvir o deputado Carlos Neder, que tem tantas coisas interessantes a dizer.

O SR. CARLOS NEDER - PT - Retomo, então, o pronunciamento sobre um tema que, como eu disse, interessa muito à comunidade científica.

A bancada do Partido dos Trabalhadores, como todos sabemos, tem 14 deputados. Dez deles se inscreveram para falar sobre esse tema. Hoje, nessa discussão que se faz em Plenário e que deve culminar, se prevalecer a vontade do líder do Governo, com a apresentação de uma emenda aglutinativa que queremos que seja publicada em Diário Oficial.

Ocorre que o líder do Governo vem negociando com a base governista alterações no projeto de lei e, infelizmente, nem a comunidade científica e tampouco os deputados que compõem partidos que são de oposição tiveram a oportunidade de conhecer o teor dessa emenda aglutinativa. Acho que numa prática democrática, republicana, o ideal seria que soubéssemos não por Diário Oficial, ainda mais considerando que há sete meses estamos neste debate no Parlamento estadual.

Vejam que estamos falando de muitas áreas, em diferentes regiões administrativas do estado de São Paulo. Não sabemos quais são os interesses envolvidos e qual será a abrangência desse projeto, se aprovado na Assembleia Legislativa.

Em outro momento, no debate dessa tribuna na Assembleia, procurei estabelecer uma correlação com o trabalho que é feito no chamado Investe São Paulo para mostrar às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados e à opinião pública que se antes a lógica que prevalecia no governo do PSDB e dos partidos aliados era a de ampliar a participação das Organizações Sociais na gestão das políticas públicas de Saúde, Cultura, Educação, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e na Fundação Casa, agora estamos num outro momento: já não se trata tanto de se entregar a gestão dessas políticas essenciais para Organizações Sociais, que farão a gestão privada, mediada por agências reguladoras, mas se trata mais propriamente de abrir espaço na esfera pública para que grandes grupos e agentes econômicos passem a operar diretamente dentro dela.

Citei como exemplo um evento realizado no Investe São Paulo, sob o pretexto de discutir a política de Saúde em São Paulo. Quais empresas foram convidadas? A Sodexo, que é líder na área de alimentação, e a Atmosphera, a mesma Atmosphera que é parte da denúncia de mau uso de recursos públicos em Ribeirão Preto. Todos devem ter acompanhado a denúncia e investigação em curso em Ribeirão Preto. Matéria de imprensa: "Em grampo, assessor de deputado ameaça cortar verba de Ribeirão Preto". Também a empresa aparece citada por parlamentares em conversa com o empresário Marcelo Plastino, dono da empresa Atmosphera, e pelo ex-secretário de Educação, aléma prefeita Dárcy Vera.

Ora, é preciso estudar como a Investe São Paulo passa a operar diretamente com agentes econômicos na esfera do Estado, de modo a influenciar e até mesmo determinar qual deve ser a política pública em cada área temática e a interferir na definição do marco legal. Esses grupos passam a ter acesso diferenciado aos fundos públicos, num momento de crise econômica.

Então, nós achamos que os deputados estaduais - o Parlamento estadual - deveriam ter direito de conhecer quais são exatamente os terrenos que se pretende alienar, em quais dimensões, em que locais, para beneficiar quais agentes econômicos.

Estou falando aqui do senhor Juan Quirós, chamado agora pelo prefeito eleito João Doria para cumprir um papel estratégico na Prefeitura de São Paulo, qual seja, o de operar a política de concessões e estabelecer os mecanismos de privatização das políticas e dos fundos públicos que serão adotados crescentemente no município de São Paulo.